

As parcerias público-privadas (PPP) na área da saúde “têm os dias contados”, afirma **Abel Mesquita**, sócio da PLMJ e com uma vasta experiência nas áreas de saúde e ciências da vida.

Sobre o Direito do Trabalho, área em que lhe é reconhecida pelos seus pares uma particular autoridade, considera que Portugal tem uma “legislação laboral extensa, complexa e assente na ideia, profundamente errada, de que os problemas laborais se resolvem por decreto”

Abel Mesquita, sócio da PLMJ

PPP têm os dias contados



Advocatus | O Direito do Trabalho é uma das suas áreas de prática. A crise económica tem aumentado a conflitualidade laboral e o recurso a advogados especializados na matéria?

Abel Mesquita | Está muito generalizada a ideia de que a crise económica aumenta a conflitualidade laboral, isto é, a conflitualidade nas empresas. Em nossa opinião, é um juízo precipitado e que simplifica demasiado os termos da questão. Não há dúvida que a crise económica potencia conflitos que emergem de fenómenos como as reduções salariais, os salários em atraso e os despedimentos. Mas, ao mesmo tempo, a crise económica também determina uma menor conflitualidade laboral, seja pela menor exigência de trabalhadores e sindicatos, em face da crise, seja pela menor capacidade das empresas em responder positivamente às reivindicações dos trabalhadores. Decisões de empresas que há 5 ou 10 anos determinariam um grave conflito laboral são hoje entendidas e aceites como fenómenos normais no mundo do trabalho.

É difícil dizer se um fenómeno compensa o outro. Globalmente, admito que haja algum acréscimo da conflitualidade laboral em tempos de crise.

Advocatus | Qual o segmento de negócio que tem registado mais casos?

AM | Remeto para o que lhe disse anteriormente. Tentando olhar para casos concretos diria que o sector dos transportes públicos é aquele onde há uma maior conflitualidade laboral. Veja-se por exemplo o caso da CP, uma empresa com gravíssimas dificuldades de natureza económica e financeira que está permanentemente em greve. A razão parece-me simples. O sector dos transportes públicos foi aquele em que o PCP se instalou em 1974 para fazer combate político e é aquele em que a gestão das empresas, por razões várias e complexas que não vêm agora ao caso, têm mais dificuldade em gerir com eficácia as relações laborais.

“Está muito generalizada a ideia de que a crise económica aumenta a conflitualidade laboral, isto é, a conflitualidade nas empresas. Em nossa opinião, é um juízo precipitado e que simplifica demasiado os termos da questão”



“O tema da revisão das relações laborais faz parte da agenda política há mais de trinta anos e, por este andar, fará parte dessa agenda nos próximos trinta”

JUSTIÇA

Demitia o Bastonário da Ordem dos Advogados

Advocatus | Quando olha para o sector da Justiça em Portugal qual é o seu diagnóstico?

AM | Contra a opinião generalizada, quero prestar a minha homenagem ao sector da Justiça. Admito que seja uma justiça demorada e excessivamente formal. Mas, a verdade é que nunca perdeu a dignidade que falta em muitos outros sectores e, por vezes, ao próprio país. As magistraturas têm aguentado estoicamente as críticas que lhe são permanentemente dirigidas e das quais têm dificuldade em se defender pela natureza das funções que exercem os seus membros. Mas, o sistema de justiça talvez seja hoje, apesar de todas as críticas de que é alvo, o maior garante da democracia, maior dos que as próprias instituições políticas e militares.

Advocatus | Se fosse convidado para ministro da Justiça quais seriam as suas primeiras medidas? Porquê?

AM | Demitia, se pudesse, o Bastonário da Ordem dos Advogados, porque tenho vergonha de ser representado por ele.

Advocatus | Há legislação a mais em Portugal? Se sim, quais as causas para essa situação e como se pode resolver?

AM | Excesso de legislação é um dos maiores cancro da nossa ordem legislativa. Não há membro do Governo que se preze que não tenha como objetivo deixar a sua marca em Decretos-Lei, Propostas de Lei, Portarias, Regulamentos, Despachos, etc. Esta legislação não é feita nas Universidades, como deveria ser. É feita nos gabinetes, sem transparência e sem qualidade. Um dos grandes objetivos de qualquer Governo deveria ser o de simplificar a legislação, para simplificar a vida aos cidadãos e às empresas.



"Aqueles em nome dos quais foi liberalizada a propriedade de farmácia – os doentes, os jovens farmacêuticos e os desempregados em geral – foram as suas primeiras vítimas"

"Tentando olhar para casos concretos diria que o sector dos transportes públicos é aquele onde há uma maior conflitualidade laboral. Veja-se por exemplo o caso da CP, uma empresa com gravíssimas dificuldades de natureza económica e financeira que está permanentemente em greve"

>>>

Advocatus | Existem algumas zonas do País onde a conflitualidade laboral tenha aumentado de forma acentuada?

AM | Nas zonas industriais das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Advocatus | Considera que, quando comparado com os seus parceiros da União Europeia, Portugal está bem apetrechado em termos de legislação relacionada com o trabalho?

AM | Estamos melhor, mas longe de uma situação desejável. Temos um problema de ordem constitucional sobre o qual não há perspectivas de resolução, e temos uma legislação laboral extensa, complexa e assente na ideia, profundamente errada, de que os problemas laborais se resolvem por decreto.

Advocatus | De que forma é que se fazem já sentir no mercado do trabalho as alterações feitas na legislação ao abrigo do programa da *troika*?

AM | Ainda não vi essas alterações. Há muita parra mas pouco uva. É tudo muito politicamente correto e apenas para a *troika* ver. As pequenas alterações têm sido feitas a medo, com muitas exceções e regimes transitórios, que deixam ficar tudo na mesma... O tema da revisão das relações laborais faz parte da agenda política há mais de trinta anos e, por este andar, fará parte dessa agenda nos próximos trinta. O problema da revisão laboral é mais profundo do que as meras alterações de cosmética. Exige a compreensão de que o desenvolvimento económico e a criação de emprego têm de assentar essencialmente na iniciativa privada e que a leis laborais têm de servir esse objetivo, fomentando a cooperação e o consenso de trabalhadores e empresários dentro das empresas e retirando ao Estado o papel de agente económico que a legislação laboral atualmente lhe reserva. Enquanto o progresso da legislação laboral estiver como está nas mãos do PCP e da Intersindical, podemos esperar sentados por uma legislação laboral moderna e fomentadora do desenvolvimento económico.

CARREIRA

Do Trabalho às Farmácias

Abel Mesquita é um dos advogados portugueses que mais conhece o Direito do Trabalho e as questões relacionadas com a saúde e a indústria farmacêutica. É autor de diversas publicações na área do direito farmacêutico, entre as quais de destacam: "Regime Jurídico do Exercício Farmacêutico da Farmácia e do Medicamento" e "Direito Farmacêutico". Licenciado em Direito pela Faculdade de

Direito da Universidade de Coimbra, 1972, está inscrito na Ordem dos Advogados Portuguesa desde 1977. Foi consultor e quadro dirigente do Ministério do Trabalho (1971-1974), consultor da Confederação da Indústria Portuguesa (1974-1976) e de várias associações patronais. É membro da Associação Portuguesa das Relações de Trabalho e da Associação Portuguesa de Conciliação.



“A política legislativa sobre o medicamento é uma área onde é necessário rever, com urgência, aspetos fundamentais, que agridem interesses nacionais e têm custos muito elevados”

Advocatus | Como vê a evolução do mercado do trabalho em Portugal? A tendência é para o aumento do desemprego ou iremos assistir a uma inversão desta situação?

AM | A tendência tem sido, dizem os números, para o aumento do desemprego. A inversão deste fenómeno exige crescimento económico, para haver crescimento tem que haver investimento e para haver investimento tem que haver oportunidades, confiança dos empresários, sentido de risco e financiamento. Compreenderá por isso que seja muito pessimista quanto à inversão a curto prazo do fenómeno do desemprego.

Advocatus | Como conhecedor da atividade do sector farmacêutico que apreciação é que faz ao atual momento das farmácias portuguesas?

AM | A rede de farmácias era até

“Temos um problema de ordem constitucional sobre o qual não há perspectivas de resolução, e temos uma legislação laboral extensa, complexa e assente na ideia, profundamente errada, de que os problemas laborais se resolvem por decreto”

2005, talvez, o sector de saúde mais apreciado pela população. As farmácias prestavam serviços de qualidade, com a margem de distribuição mais baixa entre todos os países europeus. Eram apreciadas, por isso mesmo pelos sectores congéneres dos países europeus. Foram destruídas em pouco tempo, vítimas da crise das finanças públicas para a qual em nada contribuíram. O Estado destruiu-se a si próprio gastando o que não tinha e, pela via da austeridade, está agora a destruir o país. A rede de farmácias é sem dúvida uma vítima mortal do regabofe que foi o Governo do país e, particularmente, da área da Saúde desde 25 de abril de 1974. As farmácias trabalham hoje com margens negativas que não chegam para cobrir os custos fixos. Os cidadãos sofrem na pele a crise das farmácias e as dificuldades consequentes de acesso aos medicamentos. Mas, parece que



"Um dos grandes objetivos de qualquer Governo deveria ser o de simplificar a legislação, para simplificar a vida aos cidadãos e às empresas"

>>> ninguém se importa com isso. Estou curioso para saber como vai o atual ministro lidar com a profunda crise da rede de farmácias.

Advocatus | Desde 2005 que tem sido publicada legislação de cariz liberalizador no sector das farmácias e do medicamento. Isso tem sido benéfico para o sector?

AM | Nem para o sector nem para os cidadãos. A liberalização do sector acentuou o peso dos interesses particulares na atividade de farmácia em relação ao peso do interesse público. A liberalização da propriedade, por exemplo, proporcionou a entrada no sector a investidores e, em muitos casos meros especuladores, que visam exclusivamente a realização dos seus interesses, sem cuidar da realização dos interesses de saúde pública, inerentes ao funcionamento de uma rede de farmácias. Aqueles em nome dos quais foi liberalizada a propriedade de farmácia – os doentes, os jovens farmacêuticos e os desempregados em geral – foram as suas primeiras vítimas.

Advocatus | Que apreciação faz ao facto de ter sido autorizada a instalação de farmácias nos hospitais?

AM | A apreciação está a ser feita pelos tribunais e é impiedosa. Nenhuma das farmácias cumpriu a missão que lhe estava teoricamente destinada. Nenhuma cumpriu as obrigações previstas no contrato de concessão. Todas estão envolvidas em rocambolescos processos judiciais, entre elas e os respetivos hospitais, cujos custos são incalculáveis, ameaçam não ter fim e pelos quais ninguém se considera responsável. Num país normal, alguém já deveria estar preso.

Advocatus | Como avalia a venda de medicamentos não sujeitos a receita médica nas grandes superfícies?

AM | Avalio-a como um bom negócio para os donos das grandes superfícies. Foi mais uma medida reveladora da forma como os nos-

“Enquanto o progresso da legislação laboral estiver como está nas mãos do PCP e da Intersindical, podemos esperar sentados por uma legislação laboral moderna e fomentadora do desenvolvimento económico”

sos políticos olham para o sector da saúde e para os doentes.

Advocatus | As parcerias público-privadas na área da saúde têm resultado? É um modelo para continuar?

AM | As parcerias público-privadas estão condenadas. Como modelo de prestação de serviços de saúde, são um equívoco, porque os “parceiros” se regem por critérios e objectivos incompatíveis. Para os privados é um investimento, para os Governos é política. Para os privados é um compromisso jurídico, económico e financeiro, para os Governos é um compromisso político. Ninguém deve surpreender-se, por isso, com os diferendos constantes entre os ditos parceiros sobre a execução dos contratos de parceria. O Estado não quer gastar dinheiro, mas quer mandar e isso é impossível. Quer que os privados invistam, mas quer ser ele a gerir, e isso também é impossível.

Com o fim à vista do Estado Social está criado um problema de grande dimensão, porque os investimentos privados em causa são muito elevados. Pessoalmente, entendo que as parcerias público-privadas têm os dias contados. O Estado tem de decidir, enquanto é tempo, se quer investir e gerir ou se quer privatizar. O melhor caminho está à vista de todos, menos daqueles que odeiam a iniciativa privada e os empresários.

Advocatus | Em termos legislativos o sector farmacêutico está ao nível da UE? Existem algumas áreas onde seria necessária nova legislação ou um aperfeiçoamento da que já existe?

AM | Claro que são necessários aperfeiçoamentos, mais coerência em algumas soluções e maior realismo quanto a alguns objetivos do legislador. A política legislativa sobre o medicamento é uma área onde é necessário rever, com urgência, aspetos fundamentais, que agridem interesses nacionais e têm custos muito elevados. Mas, mesmo com a atual legislação, é possível fazer mais e melhor.

“A rede de farmácias é sem dúvida uma vítima mortal do regabofe que foi o Governo do país e, particularmente, da área da Saúde desde 25 de abril de 1974. As farmácias trabalham hoje com margens negativas que não chegam para cobrir os custos fixos”



Abel Mesquita, sócio da PLMJ

Problemas laborais não se resolvem por decreto

Pág. 32